



GT 13. Antropologia dos direitos e das moralidades: Estado, "violência" e

Coordenador(es):

Flavia Medeiros Santos (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Lucia Eilbaum (UFF - Universidade Federal Fluminense)

O GT debaterá práticas, sentidos e valores associados a processos de configuração da “violência de estado” nas suas dimensões políticas, sociais e morais. Consideramos “violência” como categoria local, relacional e polissêmica, interessando discutir etnografias que analisem processos e/ou casos classificados como violência e como esta categoria têm efeitos na produção de direitos, moralidades e nas práticas de intervenção estatal e/ou paraestatal. O GT terá como questões: como se constroem práticas e moralidades em torno da categoria violência de estado?; como são criados, manipulados, incorporados, legitimados e/ou naturalizados dispositivos que resultam em processos e/ou casos definidos como violência de estado?; como se estabelecem movimentos sociais e processos políticos de demanda por direitos humanos e luta contra a violência de estado?; como casos denunciados como violência de estado repercutem? Esperamos trabalhos que analisem a relação entre violência de estado e direitos humanos, sua profundidade e continuidade histórica e categorias que lhe dão forma em processos sociais singulares. Em especial, etnografias que discutam práticas estatais e dispositivos de intervenção (burocráticos, judiciais, policiais, administrativos); processos de demandas e mobilização por direitos, considerando regimes políticos distintos e; contextos de demanda por justiça, verdade, memória, reparação, e denúncia de violência institucional, extermínio, terrorismo de estado e genocídio.

?Estado forte, povo seguro??: Estratégias e agência do Estado policial no Amapá

Autoria: José Maria da Silva (UNIFAP - Universidade Federal do Amapá)

Com o slogan ?Estado forte, povo seguro?, o governo do Amapá fundamenta a política de segurança pública no estado e as ações da polícia, destinadas a combater a criminalidade. Neste work, pretendo examinar etnograficamente como o governo tem colocado em prática o que podemos denominar de Estado policial. Tal fato tem se dado efetivamente por uma política de segurança com forte intervenção policial, de maneira que tornaram-se rotineiras na mídia local notícias de homicídios de indivíduos enquadrados como ?bandidos?. Deste modo, as notícias de mortes em intervenções policiais têm sido cotidianas, banais e, portanto, naturalizadas no noticiário local, ao ponto de alguns programas da TV local comemorarem os homicídios, utilizando frases como ?mais um CPF cancelado? e ?mais um bandido fora de circulação?. O artigo pretende examinar o contexto mais geral em que a polícia tem se tornado uma instituição de forte presença no cenário local, e suas ações legitimadas pelo Estado e pela população, que considera o combate à criminalidade e à violência pela polícia uma forma eficaz e positiva. Para uma análise sobre o contexto amapaense, o artigo procura explorar os seguintes aspectos: i) o noticiário policial e as repercussões das intervenções policiais na mídia; ii) a política e ações de segurança do governo estadual, bem como a concepção de segurança e combate à violência; iii) as ações da polícia militar no combate à criminalidade; e iv) como a população local assimila, concebe e legitima as ações violenta e letais da polícia, com base na premissa de que ?bandido bom é bandido morto?. Adiciona-se a esses aspectos, uma percepção positiva da polícia e de suas ações entre a população local. Exemplos disso, são a participação de pessoas nos projetos sociais e atividades esportivas da polícia, famílias que comemoram aniversários de crianças utilizando a polícia como tema, as manifestações das pessoas em postagens na internet e a criação e ampliação de escolas militares no estado do Amapá. Trata-se, portanto, de uma abordagem que leva em conta não apenas as ações policiais



isoladamente, mas um contexto mais geral que concebe, por um lado, a violência como fenômeno social que legitima a polícia no combate à criminalidade ? com violação aos direitos humanos ? e, conseqüentemente, a configuração de um estado que elege o uso da força letal como forma de exclusão de pessoas consideradas nocivas ao convívio da sociedade; por outro lado, uma população que concebe a polícia, a disciplina e a autoridade militar como elementos relevantes na conformação de um ethos societário.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: